



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

transp. 27
feilva

CADERNO DE ENCARGOS

1 – OBJECTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 1.1. Assegurar a prestação de serviços de transporte terrestre de alunos, no circuito de transportes escolares de **Vale do Campo – Rendufe – Ribeira da Fraga – Carrazedo de Montenegro, com 52 Km, e revestindo a natureza de contrato de prestação de serviços, abrangendo no ano letivo 2016/2017 176 dias.** 248
- 1.2. O circuito detém as seguintes características: Transporte de crianças de Vale do Campo – Rendufe – Ribeira da Fraga – Carrazedo de Montenegro.
- 1.3. Preço base: €5.033,60 (cinco mil e trinta e três euros e sessenta cêntimos), sem IVA incluído, correspondendo ao valor de €0,55 por Km, e perfazendo o valor de €1.944,80 até 31 de dezembro de 2016.

2 – CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1. A execução dos circuitos especiais deverá ser levada a efeito de acordo com as disposições da Lei n.º 13/2006 de 17 de Abril e do D.L. n.º 299/84 de 05 de Setembro.

2.2. Dado que o objetivo do presente procedimento é que os alunos transportados em circuitos de aluguer não tenham tempo de espera superior a 15 minutos, não é admissível a execução de circuitos pela mesma viatura e condutor em mais que um lote, e a viatura deverá assegurar a lotação de passageiros necessária para efetuar o transporte numa só viagem em conformidade com o n.º de alunos adstritos ao circuito.

2.3. As partes contratantes obrigam-se a proceder à alteração das distâncias fixadas em quilómetros do circuito, no sentido da sua redução ou aumento, em função do número de alunos que efetivamente vier a ser transportado e do número de viagens a realizar, sendo que tal alteração deverá ser titulada mediante a celebração de contrato adicional ao contrato inicial.

2.4. Os veículos a afetar à prestação de serviços objeto do presente procedimento deverão cumprir todos os parâmetros técnicos e de segurança exigíveis pelos normativos nacionais em vigor e especialmente os relativos ao transporte coletivo de crianças, - Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril e Portaria n.º 1350/2006 de 27 de Novembro, sendo que a identificação dos veículos utilizados na execução dos circuitos especiais é obrigatória (nos termos do n.º 4 do artigo 5º da



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 17-A/2006, de 26 de Maio, e conforme o constante do anexo III à Portaria n.º 1350/2006, de 27 de Novembro).

3 - OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

3.1. O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

3.2. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização da entidade adjudicante.

3.3. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve:

- a) Ser apresentada pelo cessionário toda a documentação exigida ao adjudicatário no presente procedimento;
- b) A entidade adjudicante apreciar, designadamente, se o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55º do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro.

3.4. Depois de adjudicada a execução dos circuitos especiais, o(s) adjudicatário(s) só poderá desistir de realizar um ou mais circuitos com base em motivos de força maior, comunicados à Câmara Municipal com trinta dias de antecedência da data prevista para o seu termo.

3.5. Para efeitos do número anterior não se consideram motivos de força maior quaisquer alterações dos componentes que integram os custos dos transportes.

3.6. A alteração do horário previsto para a realização do circuito especial não dá direito ao adjudicatário à desistência ou à reclamação de qualquer indemnização.

4 – ELEMENTOS A INDICAR OBRIGATORIAMENTE NA PROPOSTA

4.1. A proposta, elaborada em conformidade com o modelo previsto no Anexo A do presente caderno de encargos, o concorrente deve indicar os seguintes elementos:

- a) O Circuito a que se refere o procedimento;
- b) O preço arredondado à segunda casa decimal (por quilómetro ou dia, consoante o caso) não deve incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso;
- c) A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

Handwritten signature

4.2. A proposta, elaborada em conformidade o disposto no número anterior, deve ser acompanhada dos seguintes **documentos**:

- a) De declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao presente caderno de encargos, do qual faz parte integrante;
- b) De declaração do concorrente, elaborada em conformidade com o Anexo B do presente caderno de encargos, contendo a indicação do (s) veículo (s) a utilizar, bem como a respetiva idade e características, designadamente ao nível dos sistemas, equipamentos e acessórios de segurança;
- c) Documentos comprovativos (Declaração da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social, Declaração da situação regularizada relativamente a impostos e Registo Criminal) de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos;
- d) Cópia da licença para o transporte coletivo de crianças emitida pelo IMTT;
- e) Cópia da carta de condução do motorista a afetar ao lote e circuito em causa;
- f) Cópia do certificado de motorista para o transporte coletivo de crianças emitido pelo IMTT a afetar ao lote e circuito em causa;
- g) Cópia da apólice do seguro, nos termos do artigo 9.º da Lei n.º 13/2006 de 17 de abril;
- h) Documento comprovativo da realização e aprovação da última inspeção periódica do(s) veículo(s) proposto(s), nos casos em que esta seja obrigatória;
- i) Título (s) de registo(s) de propriedade e livrete(s) ou documento único automóvel, do(s) veículo(s) a utilizar na execução do(s) circuito(s).

5 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão processados mediante a apresentação de faturas mensais, as quais devem ser apresentadas até ao dia 15 do mês seguinte a que disserem respeito.
2. As faturas serão pagas no prazo de 60 dias, contados a partir da sua receção na Câmara Municipal de Valpaços.

6 – PRAZO DE ENTREGA E MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

A proposta e os demais documentos poderão ser remetidos pelo correio, ou entregues pessoalmente na Câmara Municipal de Valpaços, sita na Av.ª Dona Maria do Carmo Carmona, 5430 – 469 Valpaços, até às **17.00 horas do dia 14 de outubro de 2016**.



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

7 – DURAÇÃO DO CONTRATO

1. A prestação de serviços a realizar no âmbito do contrato deverá ser integralmente executada no ano letivo 2016/2017, tendo em consideração 176 dias.
2. A prestação de serviços será executada no cumprimento integral dos horários escolares dos alunos.

Paços do Concelho de Valpaços, outubro de 2016.

O Presidente da Câmara

Dr. Amílcar Castro de Almeida



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

ANEXO A MODELO DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PELO CONCORRENTE

A _____ (indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede, NIPC/NIF), depois de ter tomado conhecimento do objeto da PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE TERRESTRE DE ALUNOS, EM CIRCUITOS ESPECIAIS, NA ÁREA DO CONCELHO DE VALPAÇOS, PARA O ANO LETIVO DE 2016/2017, obriga-se a executar a referida prestação de serviços relativamente:

- a) Ao **circuito Vale do Campo – Rendufe – Ribeira da Fraga – Carrazedo de Montenegro**, de harmonia com o caderno de encargos, pela quantia de _____ (por extenso e por algarismos), afetando a viatura com a matrícula _____, com a lotação de _____ passageiros, com a Licença n.º _____ emitida pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) referente ao licenciamento da atividade de transporte coletivo de crianças, _____ e _____ como condutor o Senhor(a) _____, com a carta de condução n.º _____ e do certificado de capacidade profissional n.º _____ (emitido pelo IMTT);

que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data
Assinatura



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

ANEXO B **MODELO DA ELABORAÇÃO DE DECLARAÇÃO PELO CONCORRENTE**

De acordo com o estipulado no caderno de encargos declaro que a viatura a utilizar para execução do Circuito a que apresento proposta tem as seguintes características:

Matricula_____

Marca_____

Categoria e tipo_____

Lotação_____

Registo de propriedade /Documento único automóvel n.º_____

Idade do veículo_____

Características, designadamente ao nível dos sistemas, equipamentos e acessórios de
segurança:_____

Data

Assinatura



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

ANEXO I MODELO DE DECLARAÇÃO

1 — _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento " _____ ", declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

- a)
- b)
- c)
- d)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);
- c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;



MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTRIBUINTE N.º 506 874 320

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º